



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

LIVE HOJE!

Ditadura militar e a **explosão** da dívida ilegítima



MARIA LUCIA FATTORELLI

Coordenadora nacional da
Auditoria Cidadã da Dívida

01
Abril
19h

ASSISTA AO VIVO EM:



facebook.com/auditoriacidada.pagina



youtube.com/auditoriacidadadividida



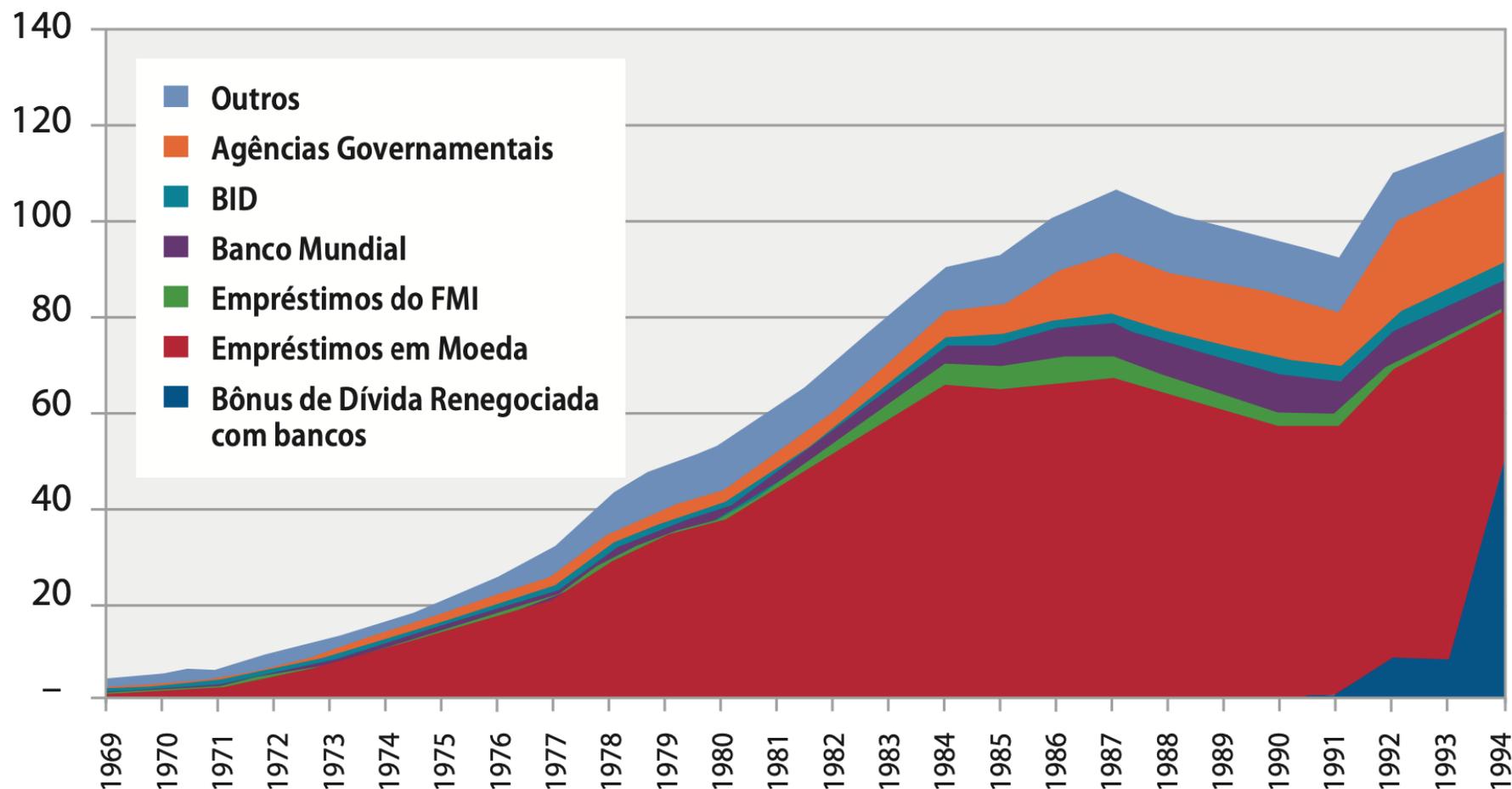
AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Live "Ditadura militar e a explosão da dívida ilegítima"
1º de abril de 2024

1964:

- **Criação do Banco Central**
- **Estímulos ao endividamento externo** (público e privado)
- **PAEG Programa de Ação Econômica do Governo**
- **Programa apresentado por Roberto Campos - titular do Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica criado em maio de 1964**
 - Dentre os objetivos do PAEG sobressai o "*controle inflacionário*", mediante "*disciplinamento do consumo*", política tributária que "*estimule a poupança, melhorando a orientação dos investimentos privados*", "*política monetária condizente com a estabilização dos preços*" (JUROS INTERNOS ELEVADOS), "*política de estímulo ao ingresso de capitais estrangeiros e de ativa cooperação técnica e financeira com agências internacionais*", "*política agrária visando o aumento de produção e o incremento da produtividade na agricultura*"

Dívida Externa Registrada no Banco Central – US\$ bilhões – 1969 a 1994



Fonte: Relatórios Anuais do Banco Central disponibilizados à CPI da Dívida.

Nota: Os "Empréstimos em Moeda" indicados em vermelho no gráfico correspondem aos empréstimos junto a bancos comerciais, sendo que a maioria corresponde a bancos privados internacionais.

Análise Técnica feita para a CPI da Dívida realizada na Câmara dos Deputados em 2009/2010 revela EXPLOÇÃO DA DÍVIDA

Em 1964, a dívida externa bruta somava US\$ 3,294 bilhões. Ainda em 1964 foi autorizada a elevação em 300% dos limites para contrair créditos¹. Quando terminou a ditadura em 1985, a mesma alcançava US\$ 105,171 bilhões, tendo crescido 32 vezes no período².

(1) Decreto nº 4.457, de 6 de novembro de 1964, que alterou os limites antes estabelecidos na Lei 1.518, de 24 de dezembro de 1951

(2) Dados extraídos do Anexo Estatístico do Livro “Dívida Pública: A Experiência Brasileira”, Tesouro Nacional, 2009, página 467.

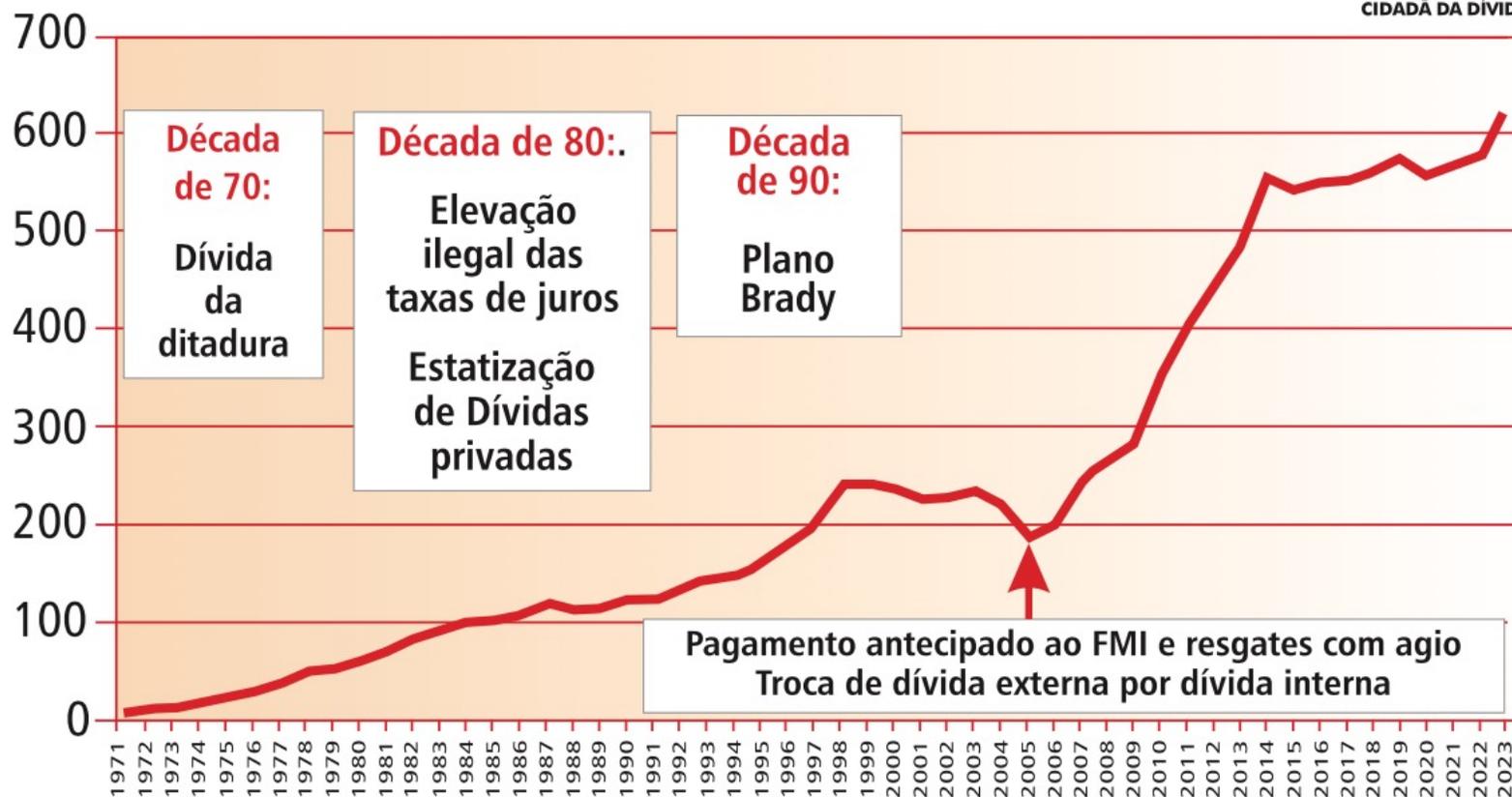
Análise Técnica feita para a CPI da Dívida realizada na Câmara dos Deputados em 2009/2010 revelou **FALTA DE TRANSPARÊNCIA**

- ✓ De 1970 até 1982 todas as Resoluções do Senado Federal que aprovaram a contratação de crédito externo por estados e municípios totalizaram a cifra de US\$ 7,015, o que justificaria apenas **6,1%** dos ingressos informados na tabela "Dívida Externa Total", enviada pelo Banco Central a esta CPI, que aponta total de ingressos no montante de US\$ 114 bilhões.
- ✓ 108 contratos enviados pela PGFN à CPI somaram US\$ 9,024 bilhões , correspondente a apenas **7,92%** dos empréstimos
- ✓ Empréstimos informados pela PGFN à CPI, autorizados por meio de decretos, somaram a cifra de US\$ 8,520 bilhões, quantia que justifica apenas **7,4%** dos ingressos informados na tabela "Dívida Externa Total".
- ✓ Emissões de títulos no montante de US\$ 1,266 bilhão (**0,01%** dos ingressos informados), objeto de diversos decretos que dispunham que os títulos emitidos seriam controlados pelo Banco Central, que, no entanto, respondeu à CPI: "*II – uma vez que os registros dos títulos da dívida externa na contabilidade não foram realizados de forma segregada para cada um dos decretos discriminados no ofício, não foi possível estabelecer correspondência entre os decretos e cada uma das contas*".
- ✓ Planilha enviada pelo BC à CPI com informações incompletas sobre "*Registro de Empréstimos Externos*" soma US\$ 16,957 bilhões (14,8%, porém, duplicidade?).

Análise Técnica feita para a CPI da Dívida realizada na Câmara dos Deputados em 2009/2010 revelou **FALTA DE TRANSPARÊNCIA**

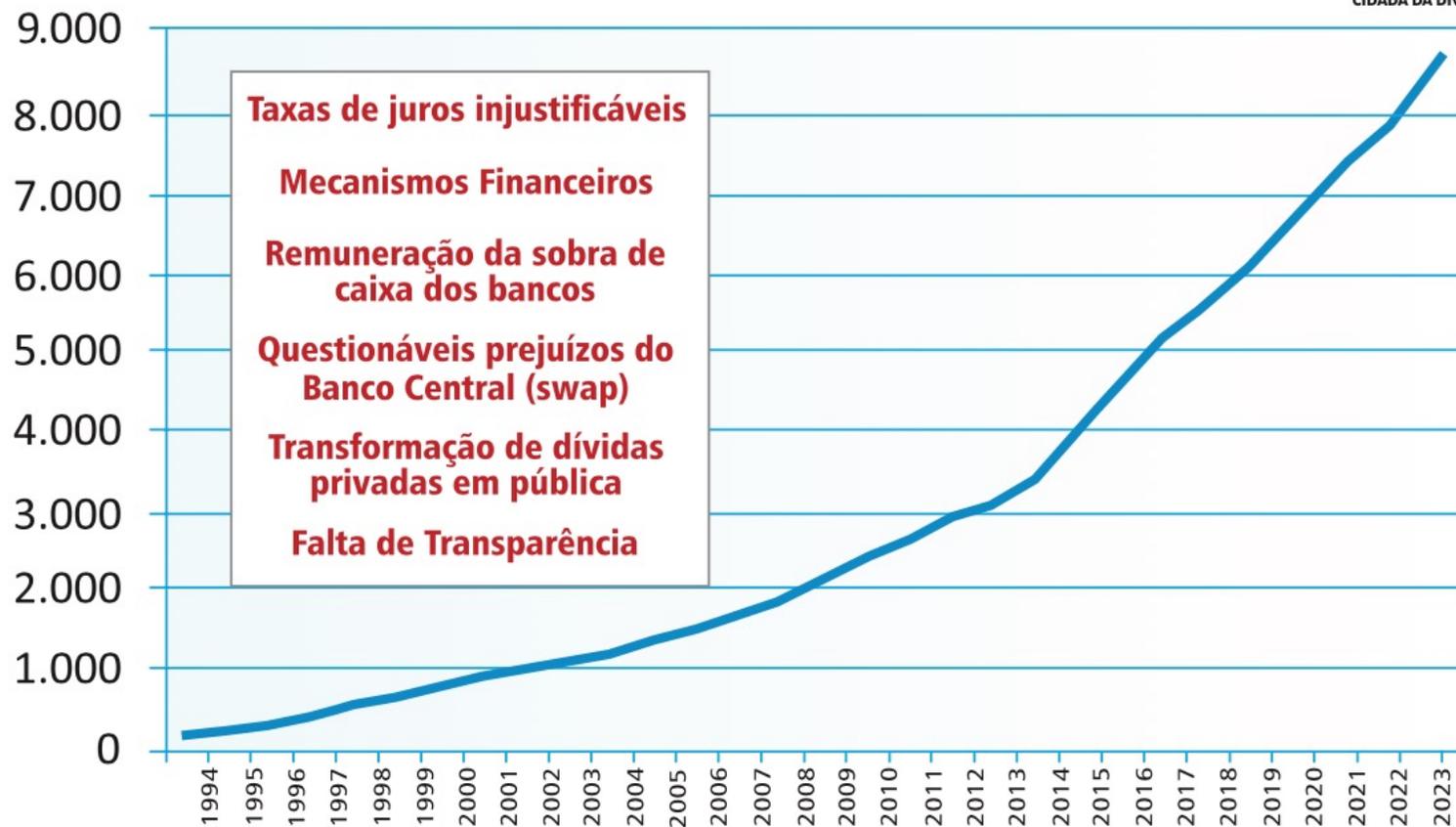
- ✓ De 1983 a 1988, a dívida externa junto a bancos privados internacionais (contraída pelo setor público e pelo setor privado) foi transferida para o Banco Central, que passou a ser o DEVEDOR perante esse bancos privados.
- ✓ Acordos datados 1983, 1984, 1986 e 1988, assinados em Nova York, sob as leis de NY, à revelia da Constituição Federal.
- ✓ EXIGÊNCIA DO FMI, que passou a ditar as medidas econômicas, dando seqüência ao PAEG implementado com a ditadura em 1964
- ✓ NULIDADE DOS ACORDOS DO BANCO CENTRAL COM BANCOS PRIVADOS INTERNACIONAIS - Ver Relatório do Senador Severo Gomes (<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/analise-preliminar-no-2-referente-ao-relatorio-do-senador-severo-gomes-emitido-em-1989-analise-elaborada-para-prestar-assessoria-a-cpi-da-divida-publica-instalada-na-camara-dos-deputados-2009-2010/>)
- ✓ Suspeita de Prescrição ignorada e transformação da dívida externa objeto desses acordos do BC em novos títulos da dívida externa brasileira no âmbito do obscuro e ilegal Plano Brady

Dívida Externa Bruta (US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central - Nota para a imprensa - Setor Externo - Quadro "Dívida Externa Bruta" e Séries Temporais - BC

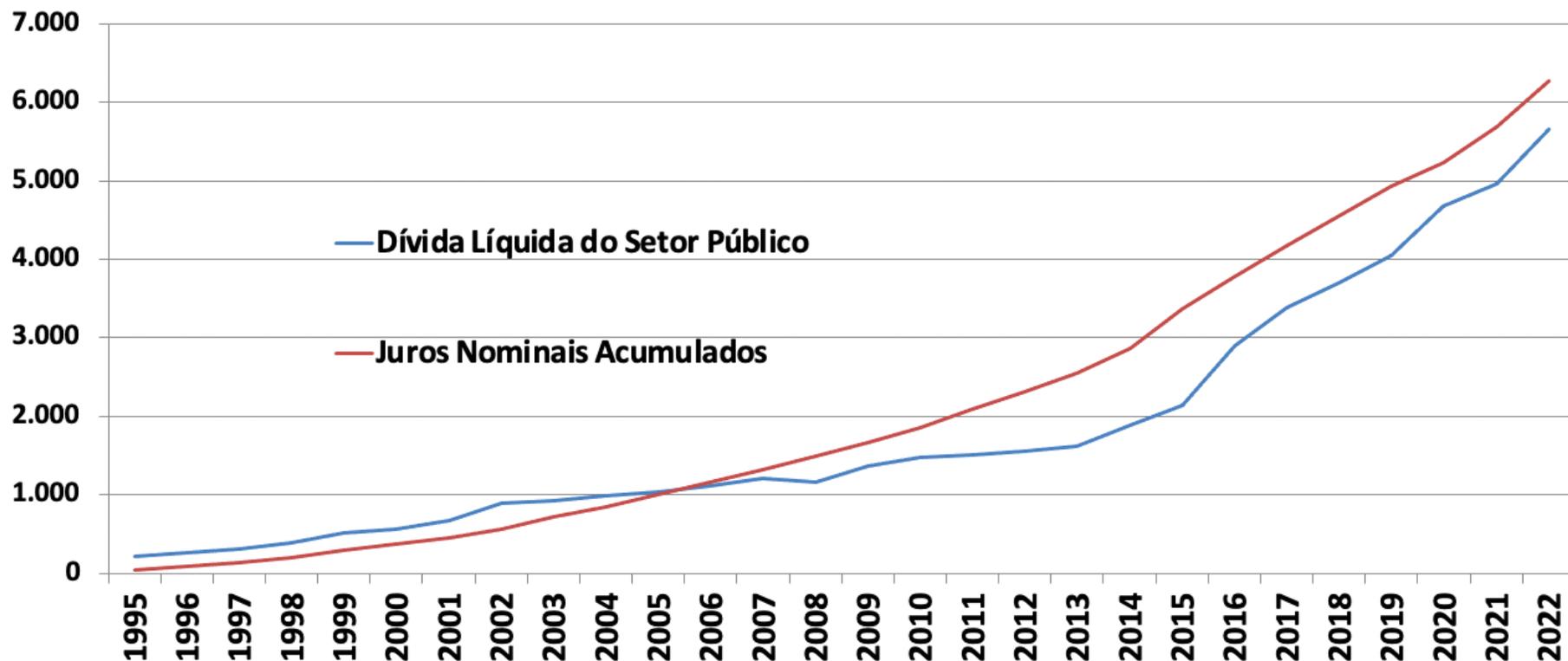
Dívida Interna Federal (R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central - Nota para a imprensa - Política Fiscal - Quadro "Títulos Públicos Federais" e Relatório Mensal da Dívida da STN (Anexo 2.1)

JUROS ALTOS: PRINCIPAL FATOR DE CRESCIMENTO DA DÍVIDA DO SETOR PÚBLICO

Relevância dos Juros no Estoque da Dívida Líquida do Setor Público
(R\$ bilhões)



Fonte: Séries Temporais do Banco Central nº 16.830, 4.478, 16.962 e 4.759. Disponíveis em:
<https://www3.bcb.gov.br/srgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?

TCU afirmou ao Senado que a dívida interna federal não serviu para investimento no país

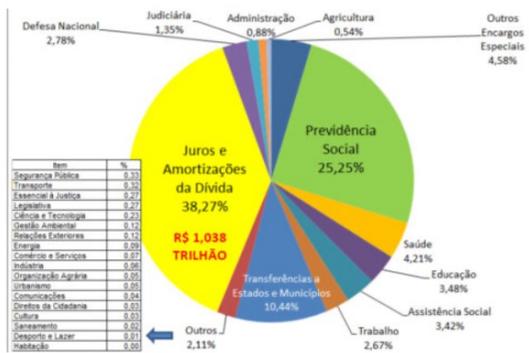
<https://bit.ly/2NTPIJo>

Para que tem servido?



27 DE OUTUBRO, 2020

Para que tem servido a Dívida Pública que você paga?



11 DE SETEMBRO, 2020

PARA QUE TEM SERVIDO A DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL, por Maria Lucia Fattorelli

<https://bit.ly/36AbwLJ>

Audiência CAE/Senado

<https://bit.ly/3dwIxxP>

LIVE

<https://bit.ly/39ITU24>

Artigo

Auditoria da Dívida Pública:

Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil



Maria Lucia Fattorelli

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA



Primeira Edição 2023
Obra autofinanciada - VENDA PROIBIDA

<https://bit.ly/42HOWM3>

AUDITORIA DA DÍVIDA

- ✓ Prevista na Constituição Federal de 1988
- ✓ Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR

 /AUDITORIACIDADA.PAGINA

 /AUDITORIACIDADADADIVIDA

 /AUDITORIACIDADABR

 /AUDITORIACIDADA

 Spotify

 Google Podcasts

#ÉHORADEVIRARJOGO